

Políticas públicas para formação e desenvolvimento de coleções, comunidade LGBTQIA+ e representatividade: um estudo do acervo da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco

Public polices of collection development, LGBTQIA+ community and representativeness: a study of Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco's collection

Arthur Henrique Feijó de Almeida

Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: arthuralmeidafeijo@gmail.com

RESUMO

As bibliotecas públicas têm evoluído bastante nos serviços oferecidos à sua comunidade de usuários, contudo o empréstimo e consulta de obras literárias e a continuam como o mais popular entre eles. Para isso, é necessário que haja um acervo diverso que seja capaz de atingir todos os públicos em suas particularidades e para isso existem algumas políticas públicas que dão subsídios para a formação e desenvolvimento das coleções das bibliotecas públicas. Entretanto, ainda hoje é possível perceber que narrativas referentes à comunidade LGBTQIA+ não têm chegado às estantes das bibliotecas, ainda que esta seja uma frequentadora assídua desses espaços. O objetivo do presente estudo é averiguar se a comunidade LGBTQIA+ tem ou não encontrado representatividade nos títulos que formam os acervos das bibliotecas públicas. Para isso, realizou-se uma análise dos livros de literatura comprados pela Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco entre 2010 e 2021 e constatou-se que os títulos que tangiam a comunidade LGBTQIA+ correspondem apenas a 1% dos livros adquiridos pela instituição em pouco mais de uma década. É necessário que haja uma maior inclusão de títulos que gerem identificação por parte dessa comunidade, não apenas para captar usuários e formar leitores, mas também para promover debates capazes de minimizar a marginalização desses sujeitos.

Palavras-chave: Formação e Desenvolvimento de Coleções. Bibliotecas públicas. Comunidade LGBTQIA+.

ABSTRACT

Public libraries have evolved quite a lot in the services offered to their community of users, however, the services of borrowing/lending and literary works consultancy are still amongst the most popular. Hence there must be a diverse collection that is capable of touching each public within their particularities, and therefore there are some public policies that provide subsidies to the formation and development of public libraries' collections. Nevertheless, still to this day, it is possible to perceive that LGBTQIA+ narratives haven't been getting onto libraries' shelves, even though this community is a frequent visitor in these spaces. This study's objective is to verify if the LGBTQIA+ community has or has not been founding representativity in the titles that shape public libraries' collections. Thereunto, an analysis of literary works bought by the Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (Pernambuco Public State Library) between 2010 and 2021 was conducted and found that the titles that deal with the LGBTQIA+ Community corresponded to only 1% of the books that were bought by that institution in just a little over a decade. It is necessary for a larger inclusion of titles that generate identification for that community, not only to attract users and form readers but also to promote debates that minimize these people's marginalization.

Keywords: Collection development. Public libraries. LGBTQIA+ Community.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Schwarcz (2002, p. 132), a palavra biblioteca vem da junção de duas palavras gregas, *biblio* e *têke*, significando assim “prateleira ou depósito para guardar livros, escritos, rolos de papiros e de pergaminho arrumados em estantes”. O espaço da biblioteca tem feito parte da sociedade humana há pelo menos 11 séculos. A biblioteca mais antiga que se tem conhecimento é a Biblioteca al-Qarawiyyin em Fez, na África, e data, segundo estudiosos, do ano 859. Evidentemente muito mudou para as bibliotecas desde então, seja em sua função social, atuação sociocultural ou suportes informacionais que compõem seu acervo.

Devido às mudanças desses elementos supracitados, as bibliotecas foram, temporamental, dividindo-se em tipologias específicas para melhor suprir as demandas informacionais de seus usuários. Dessa forma, as bibliotecas começaram a ser classificadas conforme não apenas os serviços oferecidos, mas também a partir do público à qual se destina; dividindo-se então da seguinte forma: escolar, universitária, especializada, comunitária e pública. É sobre essa última que este artigo propõe se debruçar.

Sobre o surgimento da biblioteca pública, Araújo e Vila (2019, p. 4) afirmam que o mesmo ocorreu “na Inglaterra no final do século XX, decorrente da Revolução Industrial.” E continuam sobre sua função social: “Nesta época, a Biblioteca Pública era vinculada à classe operária com a missão de educar e ensinar sobre moral”. Segundo Jaramillo e Montoya Ríos (2000), a biblioteca pública é um instrumento crucial não só para a formação da identidade individual, mas para a intervenção das dinâmicas sociais:

La biblioteca pública es un espacio para la formación de la identidad individual; su función está cimentada en la creación de ciudadanos libres por medio del acceso y la participación de las personas en la cultura y del suministro de información que requiere para tomar decisiones. La biblioteca pública tiene un gran potencial de intervención en las dinámicas sociales, si se juzga a partir de la contribución que puede hacer, directa e indirectamente, para la solución de las desigualdades económicas, culturales, educativas y organizativas, al posibilitar el equilibrio en el desarrollo de las personas. (JARAMILLO; MONTOYA RÍOS, 2000, p. 20)

Para o “Manifesto IFLA/Unesco sobre Biblioteca Pública” (1994, p. 2), essa tipologia de biblioteca possui um total de doze missões-chave para contemplar o papel democratizador que esse espaço adquiriu após a Segunda Guerra Mundial. Para os fins deste artigo, recortamos duas delas: “assegurar a cada pessoa os meios

para evoluir de forma criativa” e “fomentar o diálogo inter-cultural [sic] e a diversidade cultural”, mas entendemos que, apesar do destaque, elas funcionam umas em relação às outras, em um conjunto não unívoco, mas que forma um corpo completo, atravessado por essas diretrizes.

Ainda que a biblioteca pública seja caracterizada por estar aberta a todos os públicos, percebe-se que nem sempre as atividades da biblioteca refletem esse caráter. A pesquisa “Cultura nas capitais: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte” (2018)¹ mostra que em relação à população LGBTQIA+² entrevistada, 51% frequentou uma biblioteca nos últimos 12 meses. Ao observar esse número, Isis Lemes (2019) afirma que “fica evidente que esta parte da população já é usuária real e potencial dos espaços de bibliotecas, mesmo que ainda não se pensem serviços e ações voltadas para demandas informacionais LGBT+ e ações que valorizem materiais com maior representatividade”.

Representatividade é entendida aqui como um sinônimo de visibilidade, ligado ao conceito estético situado na imaginação e na observação que permite uma identificação: “eu me imagino, represento-me mentalmente, e minhas principais características nessa representação são encontradas, coincidentemente, em um outro indivíduo. Esse indivíduo se torna, dessa maneira, representativo da minha pessoa” (DESS, 2022, p. 07). Para aqueles entendidos como minorias sociais, a representatividade ganha um teor político ainda maior, pois estes não costumam estar representados em posição de protagonismo e, quando o são, essas obras (sejam audiovisuais, literárias, musicais, etc.) passam por um processo de censura estrutural que dificulta o seu acesso.

Essa ausência de representatividade pode ser refletida, inclusive, nos acervos desses espaços. Segundo Lima (2019), muitos bibliotecários não incluem em seus acervos obras que tratem da diversidade sexual e de gênero a fim de evitar possíveis reações negativas de usuários, inviabilizando um espaço de conexão e identificação do público LGBTQIA+ com histórias de suas comunidades – que já sofreram e continuam sofrendo uma série de apagamentos pela mídia hegemônica, ou pela forma canônica com que a literatura vêm sendo tratada ao longo dos séculos, ou seja, o que está fora do cânone constituído da “alta literatura” constituído pelo homem branco cisheterossexual, *não*

¹ JLEIVA CULTURA & ESPORTE. **Cultura nas capitais: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte.** Rio de Janeiro: 17Street Produção Editorial, 2018. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2018/07/10810_Livro_Web.pdf. Acesso em: 14 maio 2022.

²A sigla LGBTQIA+ significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queers, Intersexual, Assexuais e demais designações de gênero e sexualidade (como panssexuais, pessoas agênero e não binárias, por exemplo).

merece estar na prateleira – que é, por direito, tanto da comunidade LGBTQIA+ quanto de qualquer outra parcela da sociedade.

Com o custo de produção e venda do livro tornando-se cada vez mais elevado, as bibliotecas públicas têm se tornado a saída para determinados grupos terem acesso à informação e a literatura, porém é preciso observar *a forma que as coleções desses espaços têm se desenvolvido para acompanhar as mudanças sociais nos últimos tempos*, uma vez que é comprovadamente mais fácil tornar-se leitor se a leitura vem acompanhada da identificação. Através da identificação, os leitores podem se reconhecer de fato nas vivências ali trazidas, sentindo-se genuinamente representados. Então, como atrair usuários para as bibliotecas se eles não se reconhecem no que leem? A população LGBTQIA+ tem encontrado representatividade nesses acervos através de políticas públicas que deveriam ser para todos? Motivado por esses questionamentos, o presente artigo tem por objetivo observar a maneira que a comunidade LGBTQIA+ têm (ou não) encontrado representatividade nas coleções que formam o acervo das bibliotecas públicas tomando por recorte o acervo da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco - BPE

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo configura-se como uma pesquisa descritiva, já que observará as variáveis que se relacionam com um processo (BARROS; LEHFELD, 2007), bibliográfica e documental, de caráter exploratório, buscando investigar quantos e quais títulos presentes no acervo da BPE contemplam de alguma forma a população LGBTQIA+. De método quantiquantitativo, a pesquisa desenvolve-se a partir das seguintes etapas:

1ª etapa – Levantamento bibliográfica: nesta primeira etapa, foi feito o levantamento de publicações acerca das temáticas que compõem o referencial teórico, tal como bibliotecas públicas, FDC, políticas públicas para bibliotecas e literatura LGBTQIA+;

2ª etapa – Levantamento documental: na segunda etapa, após envio de ofício solicitando acesso aos documentos internos da instituição, consultou-se as listagens dos livros comprados pela BPE;

3ª etapa – Coleta de dados: devido a abrangência das coleções e o tempo de existência da instituição serão feitos dois recortes para esse estudo:

- Recorte das coleções: escolheu-se entre os dados obtidos, as obras compradas para o setor circulante (i.e. o setor que pode ser acessado

livremente e tomado por empréstimo) que foram inseridas na classe de literatura, devido à sua maior demanda por parte dos usuários e à potência da literatura para a participação política e social dos sujeitos. Sendo assim, foi preciso estabelecer alguns critérios. Interessa para este estudo as obras publicadas que sejam, de alguma maneira, ligadas à comunidade LGBTQIA+, independentemente do gênero da obra (romance, contos, poesia, história em quadrinhos, peças teatrais, etc.). Para isso, seria necessário que os livros abordassem questões como relacionamentos homoafetivos, pessoas bissexuais, assexuais, homossexuais, travestis e transsexuais, seja como personagem central ou secundário da história. Serão considerados também obras que abordem performances artísticas atreladas socio-historicamente à comunidade LGBTQIA+ como voguing e a arte drag, assim como biografias de personagens ícones do/para o movimento. Escritos de autores importantes para o movimento, como Judith Butler e James N. Green, por exemplo, não serão considerados para este estudo, tendo em vista que os mesmos se classificam como publicações para as áreas das ciências sociais, como sociologia e antropologia, e não podem ser categorizados como textos literários;

- Recorte de tempo: tendo em vista as mudanças ocorridas em 171 anos de existência da BPE, escolheu-se analisar apenas as obras compradas a partir de 2010, pois se entendeu que pouco mais de uma década é tempo suficiente para a oxigenação do acervo, com o desbastamento de obras antigas, desatualizadas e gastas e aquisições de novos títulos. Esse recorte de tempo justifica-se também na expansão do mercado editorial para obras de cunho LGBTQIA+³ que possuíam antes da década passada um alcance ainda menor do que hoje em dia.

4ª etapa – Análise dos dados: a partir das informações obtidas na etapa anterior, buscou-se observar quantas, no grande número adquirido pela instituição no recorte de tempo, e quais obras contemplam a população LGBTQIA+ e de que forma isso acontece.

³ MENEZES, Clara. **Literatura LGBTQIA+**: mercado nacional expande espaço para livros e autores. mercado nacional expande espaço para livros e autores. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/vidaarte/2021/12/11/literatura-lgbtqia-mercado-nacional-expande-espaco-para-livros-e-autores.html>. Acesso em: 10 maio 2022.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE FDC

Com a revolução digital ocorrida na década de 1990 ao redor do globo, a biblioteca precisou se reinventar: hoje ela já não é apenas uma “caixa de livros”, como foi pensada para sê-lo em seu modelo primitivo, mas um local que visa disponibilizar e assegurar o acesso e a preservação da informação, independente do suporte. Ainda assim, o suporte bibliográfico (livros, periódicos e documentos escritos em papel) é, mesmo após a “digitalização” dos meios de comunicação e, por conseguinte, dos suportes tradicionais concebidos para a escritura, o mais popular quando se trata da composição do acervo desses espaços, porém é preciso que todo material a vir fazer parte do acervo de uma biblioteca passe por algumas etapas antes de chegar às estantes, computadores e catálogos de acesso.

Foi na década de 50 que Solla Price, Ph.D. em Física pela Universidade de Londres e Ph.D. em História de Ciência pela Universidade de Cambridge, falava pela primeira vez sobre a Lei do Crescimento Exponencial, no 6º Congresso Internacional de História da Ciência em Amsterdam, segundo Braga (1974, p. 157) “como um sinal de alerta para enfrentarmos o problema antes que seja tarde demais”. De acordo com Price, a literatura científica das grandes áreas cresce exponencialmente, ao passo que suas subáreas só passam pelo mesmo processo de crescimento exponencial após um período de linearidade, levando entre 10 e 15 anos para duplicar de volume. Vergueiro (1993) afirma não saber se cabe à Price ou ao “caos documentário” a responsabilidade de abrir os olhos dos bibliotecários nas décadas de 1960 e 1970 para a prática de uma seleção mais criteriosa no que tange a aquisição de materiais para a composição de seus respectivos acervos.

Com a constatação bibliométrica desses dados e a ruptura desse paradigma, passando a convir não mais a quantidade e sim a qualidade. De acordo com Simone R. Weitzel, deixa-se para trás a prática perpetuada da Antiguidade até o fim da Idade Moderna onde, devido ao estágio ainda embrionário do mercado editorial, buscava-se colecionar o máximo de publicações existentes e dá-se espaço para um novo modelo de bibliotecas onde o antigo padrão “centrado no armazenamento para fins de preservação do conhecimento, deu lugar a novo modelo baseado no acesso às informações de interesse a partir de estoque ilimitado de conhecimento” (WEITZEL, 2002, p. 64).

Na Biblioteconomia, quando pensamos no acervo de uma biblioteca, independentemente de sua tipologia, este se liga diretamente à FDC.

Segundo Vergueiro, FDC é o processo sistemático para a manutenção de acervos resultante de um estudo de usuários a fim de entender sua comunidade real e potencial, selecionar e adquirir materiais informacionais que visam suprir as demandas dessas comunidades. Dias, Silva e Cervantes (2013, p. 44), compreendem a denominação acervo/coleções como “a reunião parcial ou total dos documentos disponibilizados à comunidade, independentemente do suporte ou formato em que a informação pode se apresentar (impresso, eletrônico ou digital)”.

A FDC é um dos processos mais importantes das bibliotecas, pois a construção de boas coleções que atendam à comunidade de usuários reais e potenciais, que satisfaça as demandas informacionais e contribua para a democratização da leitura e do acesso ao conhecimento é fundamental para que a biblioteca cumpra com o seu papel social. Para a biblioteca pública isso se torna mais abrangente, tendo em vista que está se caracteriza por “estar aberta a todos, possuir acervo generalista, capaz de atender aos interesses de diferentes públicos e oferecer serviços gratuitos para toda a comunidade, sem privilegiar um determinado público” (FERNANDEZ; MACHADO, 2016, p. 15).

Sendo assim, é importante ter em mente as definições de comunidade real e potencial mencionadas acima. Usuários reais são os indivíduos que já frequentam o espaço da biblioteca, seja por vontade própria, incentivo externo ou demandas informacionais, como alunos de uma escola próxima que vão à biblioteca a fim de realizar uma pesquisa para um trabalho ou um grupo de idosos que vai a uma oficina de competência crítica em informação para reconhecer se uma mensagem recebida através do WhatsApp é verdadeira ou não, por exemplo. Já a comunidade potencial é o conjunto de sujeitos que possuem os critérios necessários para virem a se tornar usuários reais, mas ainda não o fizeram, como moradores do entorno da instituição que desconhecem que o espaço existe ou que supõem que para entrar nela é preciso fazer parte de um grupo específico ou pagar alguma taxa, por exemplo. Muitos usuários potenciais não se tornam usuários reais porque os bibliotecários responsáveis podem não se interessar em estudar e/ou mesmo identificar as demandas informacionais desse grupo, a fim de atraí-los para o espaço da biblioteca.

Segundo Vergueiro, a linha delimitadora da comunidade a que serve a biblioteca, principalmente a biblioteca pública, é facilmente borrada quando por equívoco de muitos profissionais, que consideram “apenas e tão somente o usuário real, aquele que vai com grande frequência à biblioteca e se torna, com o tempo, quase íntimo do profissional

responsável por ela” (VERGUEIRO, 1989, p. 29). Sendo assim, é papel do bibliotecário pensar em estratégias para atingir também essa comunidade de usuários que não frequentam ainda, mas pode vir a frequentar o espaço da biblioteca, seja através da inclusão de títulos no acervo que sejam de interesse desses sujeitos, na oferta de novos serviços, e na realização de ações culturais que busquem atrair e/ou suprir as demandas desses indivíduos.

É do senso comum que as bibliotecas públicas possuem uma série de mazelas: seja em sua infraestrutura, no corpo de funcionários ou no acervo. Quando se trata do acervo especificamente, este é muitas vezes desatualizado e não reflete os interesses e necessidades de seu público, o que, conclui-se, é um reflexo da ausência de políticas públicas efetivas para a manutenção do que é, para muitos, a parte mais importante de uma biblioteca. Dessa forma, Rocha e Oliveira (2020) fazem um resgate histórico para delinear as políticas públicas voltadas às bibliotecas públicas no Brasil. Ainda que o estudo dos autores seja bastante completo e em maior número do que será apresentado aqui, serão apresentadas aqui apenas as políticas públicas que contribuem diretamente para a formação e o desenvolvimento das coleções que compõem os acervos das bibliotecas públicas, resultando na seguinte linha do tempo:

- **Instituto Nacional do Livro:** foi criado pelo Decreto-Lei 93, de 21 de dezembro de 1937 e foi responsável pela “criação de novas bibliotecas e apoio na manutenção das já existentes, distribuição de livros para essas bibliotecas, e capacitação de profissionais que atuavam nesses espaços” (ROCHA; OLIVEIRA, 2020, p. 267). É importante enfatizar que ainda que o INL tenha um papel importantíssimo para as bibliotecas públicas do país e para o processo de FDC das mesmas, o órgão refletia o caráter autoritário do Estado Novo e distribuía apenas livros e autores que estavam alinhados à ideologia do governo à época, a fim de desenvolver os hábitos considerados “adequados” na população.
- **Lei Sarney:** fruto da Lei n. 7.505/1986, buscava incentivar o desenvolvimento cultural do país. Através dos recursos dessa lei, o INL promoveu o “Viagens à Leitura”, que distribuiu mais de 180.000 livros para cerca de 3.000 bibliotecas conveniadas (ROCHA; OLIVEIRA, 2020, p. 268).
- **Fundação Nacional Pró-Leitura:** criada a partir da Lei 7.624, de 5 de novembro de 1987, a Fundação buscava, entre outras coisas, promover e difundir o livro, bem como estimular a criação e a publicação de obras, além de incentivar a leitura. Luís

Milanesi (2003) problematiza que, ainda que as transformações tecnológicas já engatinhassem, persistia-se o enfoque na distribuição de livros. Não foram encontradas informações sobre o caráter dos livros distribuídos.

- **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas:** criado por meio do Decreto Presidencial n. 520, de 13 de maio de 1992, o SNBP possui uma série de objetivos; entre eles: a criação e atualização dos acervos das bibliotecas públicas, bem como firmar convênios com entidades culturais a fim de promover os livros e as bibliotecas.
- **Programa Nacional do Livro:** fruto do Decreto Presidencial n. 10.753/2003, o PNL tem como foco a cadeia produtiva do livro: produção, edição, difusão, distribuição e comercialização. Visar dar subsídio para que autores sejam publicados a fim de fomentar o mercado editorial brasileiro.
- **Plano Nacional do Livro e Leitura:** em 1 de setembro de 2011 foi aprovado o Decreto Presidencial n. 7.559 que resultou no nascimento do PNLL. Dividindo-se em 4 eixos estratégicos de atuação, no Eixo 1 – Democratização do Acesso, além da implantação, construção, revitalização e modernização de diversas bibliotecas públicas, prevendo também a distribuição de 3 milhões de livros para as bibliotecas.
- **Política Nacional de Leitura e Escrita:** a partir da Lei n. 13.696/2018 nasce a PNLE. Entre seus objetivos estão a democratização ao livro e aos suportes informacionais, a ampliação dos acervos físicos e digitais de bibliotecas de acesso público e o desenvolvimento da economia do livro de forma que resulte na aquisição de acervos para as bibliotecas.

Podemos perceber que há de fato um número considerável de políticas públicas que contribuem para a FDC das bibliotecas públicas brasileiras. Contudo, as obras adquiridas através delas vêm historicamente atendendo e refletindo os interesses hegemônicos da classe dominante, caracterizada pelo homem cisgênero, heterossexual, branco e classe média – espelho da literatura canônica, estabelecida na Europa e América do Norte, com obras que cujas preocupações giram em torno de uma ideia de "norte global". Dessa forma, esses instrumentos podem ter contribuído para uma narrativa homogênea contada a partir de seus acervos que não refletem seu(s) público(s).

Lima (2018) afirma que a ausência de livros com temáticas LGBTQIA+ em biblioteca evidencia duas coisas: a primeira, é que a FDC tem um viés político, já que “se

as obras LGBT não são localizadas nas bibliotecas, existe algo que as impede de lá estarem disponíveis” (LIMA, 2018, p. 58); e a segunda, é que a FDC se institui também como um instrumento de memória, seja validando um ou apagando a outra:

A memória da humanidade reserva foro privilegiado para os ‘heróis’, ‘homens de glória’, estadistas e inventores. Mas quantas memórias foram perdidas e silenciadas? O discurso é algo reservado para quem? A quem é legitimado o direito de expressão? Nota-se que as obras que se relacionam com a temática LGBT produzem uma ética e uma estética que apresentam valores específicos e que mostram características que subvertem a lógica de subjetivação da maioria da sociedade. Logo um acervo LGBT é uma construção de uma subjetivação de sujeitos sociais diferenciados do padrão estabelecido (LIMA, 2018, p. 55-56).

Segundo Lima (2018), é preciso mudar a formação das escolas de Biblioteconomia para de fato mudar a atuação das bibliotecas nas questões humanísticas e sociais. As bibliotecas, principalmente as públicas, não podem ser coniventes em serem o que Althusser (1980) cunhou como “aparelhos ideológicos do estado”, isto é, instituições responsáveis por reforçar as estruturas de opressão e poder da classe dominante, não através da violência, mas da ideologia. Diversos autores têm discorrido sobre a importância e a necessidade de que as bibliotecas participem da luta anticapitalista em prol dos movimentos sociais e dos grupos marginalizados (MILANESI, 1986; ALMEIDA JÚNIOR, 1997; LANKES, 2015), resultando na potente Biblioteconomia Social.

Para Tanus (2018, p. 90), a Biblioteconomia Social

é aquela dirigida ao desenvolvimento do sujeito e da sociedade onde se inserem, requerendo ações que extrapolem a organização e tratamento do acervo, tais como a necessidade de comunicá-lo, ser manuseado, lido, apropriado, em diversos formatos e suportes, fazendo jus à dimensão social e democrática das bibliotecas. A multiplicidade e a desestabilidade se tornam palavras de ordem; a relação da comunicação e do sistema não é unidirecional, mas multidimensional. Uma Biblioteconomia social que dê conta de desvelar os conflitos, os interesses e minimizá-los, ou melhor, fazer com que diminuam as desigualdades entre os que têm acesso e os que não têm acesso aos espaços e à informação.

Sendo assim, precisamos que as coleções dessas bibliotecas reflitam essa atuação social da Biblioteconomia, não mais rígida, burguesa e fria, mas empática, sensível e comprometida com as questões dos mais diversos sujeitos que encontram nesses espaços e em seus acervos um caminho possível para a mudança.

4 O PAPEL DA LEITURA E DA LITERATURA

Como apontado por Silvia Castrillón (2011), a leitura tem sido ao longo da história um instrumento contínuo de poder e exclusão social: desde a Idade Média, como visto no romance “O Nome da Rosa”, do escritor Umberto Eco, que retrata a censura dos textos sagrados pela Igreja, pois a instituição “considerava perigoso o avanço do hábito da leitura, mantendo o conhecimento como exclusividade do clero, assim a Igreja dominaria por meio do controle do saber e forte opressão” (SILVA, 2016, p. 48); passando pelos aristocratas, até os poderes políticos vigentes na contemporaneidade, que buscam suprir seus interesses econômicos escusos através da falta de acesso à informação. Em tempos de *fake news* e ameaças à democracia, a leitura torna-se fundamental para a prática da cidadania, cabendo às bibliotecas, principalmente as públicas, a democratização desse conhecimento e o incentivo à leitura, pois estes não são e nem deveriam ser um luxo, mas sim um direito, como dito por Emilia Ferreiro (2002):

Não é um luxo das elites que possa ser associado ao prazer e à recreação, tampouco uma obrigação imposta pela escola. É um direito de todos que, além disso, permite um exercício pleno da democracia. (FERREIRO, 2002 apud CASTRILLÓN, 2011, p. 19).

Durante séculos, as práticas de leitura e a literatura estiveram ligadas às classes mais eruditas da população. Mesmo atualmente, é possível observar o senso comum de que aqueles que leem são mais cultos, mais ricos ou têm mais tempo disponível para empregar tal ação. A preocupação de que os espaços de leitura não os contemplam é cada vez mais forte entre aqueles que não se encaixam em determinadas categorias da sociedade. Reiteramos ser inegável como as narrativas literárias, midiáticas e políticas – e mesmo aquelas não consideradas canônicas por falta de tal ou qual característica que as alcem até este local de privilégio – têm por objetivo atingir, ou pelo menos destacar o homem cisgênero, heterossexual, branco e de classe média alta. Aos que não se encaixam quaisquer partes dessas categorias, resta o sentimento de não pertencimento, ou uma “felicidade clandestina”, como o título do conto de Clarice Lispector. Para exemplificar, segue um dos relatos da antropóloga francesa Michèle Petit (2013, p. 51) que narra o seguinte episódio:

Infelizmente, quem é pobre se vê privado, na maior parte do tempo, do acesso a esses textos e a essas bibliotecas. Pensa que isso não é para ele. É preciso ter

coragem para ousar se aproximar deles. Lembro-me de uma senhora que me abordou muito timidamente no final de uma conferência que eu havia dado em uma biblioteca, na periferia parisiense. Era empregada doméstica. Ouvi falar de um café literário que ocorria na biblioteca e participou de vários. Na noite da minha conferência, estive a ponto de ir embora; entre o público havia muitos professores e ela pensou que "era elevado demais para ela". Porém, arriscou ficar. Falando da biblioteca, me disse: "Venho aqui para existir".

Para esses indivíduos, que fogem o padrão da classe dominante, resta a categoria de não-público. Criado em 1968 a partir da Declaração de Villeurbanne assinada em maio no Théâtre de la Cité, essa noção de um não-público surge visando separar os "cultos" e os "não-cultos". O não-público é justamente a parcela da população que apagada como público, real ou potencial, dos processos culturais. A invenção dessa categoria é excludente, discriminatória e busca uma homogeneização dos agentes, produtores e consumidores de cultura. Nele, as diferenças entre os sujeitos deixam de ser o plano de fundo e torna-se o centro da discussão, mas não visando a aproximação entre o que os difere enquanto grupo e os aproxima enquanto sociedade, mas de fato como motivadores de uma marginalização atemporal:

não porque o "não público" seja outro e diferente que é ou deve ser excluído politicamente da comunidade, certamente, imaginária, do público. É, ao contrário, porque ele é institucional e politicamente constituído como "não público" que aparece, em seguida, como o Outro e que suas diferenças culturais e sociais passam ao primeiro plano. Instaurando uma separação irreduzível, esse discurso realiza, em parte, aquilo que enuncia (FLEURY, 2009, p. 53).

A ideia do não público precisa ser combatida e a leitura de textos literários pode ser uma poderosa arma nesse sentido. Ainda que a biblioteca pública tenha contida diversas áreas do conhecimento, tendo em vista o seu caráter generalista, é inegável que a literatura seja a grande responsável por boa parte do público que frequenta esses espaços. Petit (2013, p. 39) argumenta que a leitura de obras literárias é fundamental para a elaboração da subjetividade dos sujeitos. Candido (2004) afirma que o homem não pode viver sem a literatura, pois através dela é possível fabular. Segundo o autor, a literatura é sonho acordado das civilizações, portanto "assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura" (CANDIDO, 2004, p. 175).

Entretanto, segundo pesquisas como “Retratos da Leitura no Brasil” (2020)⁴ realizada pelo Instituto Pró-Livro, 48% da população brasileira não é leitora, isto é, não leu um livro, inteiro ou em partes, nos últimos 3 meses. Ainda que as respostas mais comuns dos não leitores para a escassa prática de leitura, segundo a pesquisa, sejam a da “falta de tempo” e a ausência do “gosto pela leitura”, isso evidencia um problema muito urgente em nossa sociedade. A leitura, ainda que de textos literários, é, segundo Michèle Petit (2013), responsável pelo processo de identificação, fundamental para que o sujeito consiga entender o mundo, reconhecer a si mesmo e reimaginar caminhos a serem seguidos enquanto tece a sua própria narrativa refletida, consciente ou inconscientemente, nas narrativas lidas de outrora.

Dados como os da pesquisa supracitada podem estar ligados diretamente aos de pesquisas como a da Universidade de Brasília acerca do perfil dos escritores nacionais. Segundo Lannes (2017), o perfil dos escritores publicados por grandes editoras no Brasil não muda há quase 50 anos. Conforme a pesquisa, que teve como objeto de pesquisa livros de literatura brasileira publicados entre 1965 e 2014, 70% das obras publicadas foram escritas por homens cisgêneros, destes, 90% são heterossexuais.

O perfil desses escritores pode ser notado com facilidade em suas respectivas escritas, já que cerca de 60% dessas publicações tem como personagem principal um homem cisgênero, sendo estas personagens brancas em 80% e heterossexual em 90% dos casos. Dessa forma, observou-se que entre 2005 e 2014, por exemplo, apenas 14,5% dos protagonistas dessas obras não se identificavam como heterossexuais, tendo em vista que destes 0,6% não possui sexualidade definida, 2,7% é caracterizada como não pertinente e 3,2% sequer dão algum indício de sua sexualidade, o número real de protagonistas homossexuais, bissexuais e assexuais nessas publicações é de 7,8%. Para Mendonça (2018, p. 3), “falta representatividade do meio LGBT e conseqüentemente faltam, para esse público, personagens e/ou autores que surtem o fator de identificação e representação na sociedade”.

Sobre a ausência de livros com temáticas LGBTQIA+, principalmente em bibliotecas, Martins e Rodrigues (2019, p. 282) nos lembram que

⁴ INSTITUTO PRÓ-LIVRO (ed.). **Retratos da Leitura no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Ibope, 2020. 153 p. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/12/5a-edicao-Retratos-da-Leitura-IPL-dez2020-compactado.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

[...] a literatura é marcada por relações de poder e se torna sutilmente instrumento de manutenção de hegemonia quando restrita à concepção moderna de estética circunscrita a uma realidade distante que acaba por, hermeticamente, circunscrever-lhe em um isolamento diante das contradições econômicas, políticas, culturais e sociais.

Contemplar, no processo de FDC, literatura onde sujeitos LGBTQIA+ encontram-se em protagonismo é fundamental para a afirmação da memória de uma população que lida diariamente com uma série de opressões e precisa encontrar bibliotecas comprometidas com uma Biblioteconomia Social para fortalecerem suas lutas por direitos tão básicos quanto o direito de ser representado no que é lido.

4 ANÁLISE DE DADOS: o acervo da BPE na última década

A Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (BPE) foi criada a partir da Lei 293 em 1852 ainda com o nome Biblioteca Pública Provincial. Após uma série de mudanças de endereço entre o século XIX e XX, entre elas sua primeira instalação que hoje corresponde ao Edifício Pernambuco na Avenida Dantas Barreto e no Colégio das Artes, em 1854, onde hoje fica o Hospital Geral do Recife na Rua do Hospício, a BPE está localizada desde 1971 na Rua João Lira no bairro de Santo Amaro. Estima-se que seu acervo possua cerca de 270 mil livros e 370 mil volumes de periódicos. O acervo é composto por obras de referências (dicionários, enciclopédias, atlas, guias, almanaques, etc.), coleções especiais (obras raras, iconografias, mapotecas, manuscritos, obras em braile, coleção pernambucana e periódicos) e um setor circulante composto por obras de diversas áreas do conhecimento, como filosofia, psicologia, ciências sociais e literatura (brasileira, estrangeira e infanto-juvenil).

A BPE atua com serviço de referência, apoio em pesquisa escolar, consulta e empréstimo de livros e documentos, além de atividades de ação cultural, como lançamentos de livros, exposições de telas, poemas e livros, recitais e oficinas. A BPE conta com um núcleo de línguas, para o ensino de inglês e espanhol com certificação da Secretaria de Educação de Pernambuco, e com a Praça da Informação, com estações de computador com acesso gratuito à Internet e serviços de orientação para a navegação na Web.

A BPE é responsável pelo Sistema de Bibliotecas Públicas de Pernambuco – SBPE, oferecendo serviços de diagnóstico, supervisão, orientação técnica, capacitação e atividades de extensão nas bibliotecas públicas municipais, além de cadastrar essas

bibliotecas no Sistema Estadual e incentivar à implantação e manutenção das mesmas. Cabe à instituição também a coleta dos livros para depósito legal, conforme a Lei 12.435/2003, divulgando as obras e os perfis dos escritores pernambucanos, bem como abrigar o Escritório de Direitos Autorais, atendendo através dele os estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

A BPE possui um valor inestimável para a memória e a cultura de Pernambuco, o fomento à leitura, o acesso à informação e a democratização do conhecimento:

É impossível medir ou avaliar, em termos suros, o mérito e importância da Biblioteca Pública, em vigilante assistência, no desenvolvimento cultural de Pernambuco. Os mais prestigiados escritores que, em livros idôneos, falaram sobre Pernambuco, em seus mais diversos aspectos, tiveram de socorrer-se da Biblioteca Pública, por algum tempo considerada a segunda do Brasil, a primeira sendo a Nacional (VALENTE, 1990, p. 81).

É através do setor de Processo Técnico, responsável pela catalogação, classificação e indexação das obras a serem incorporadas no acervo, que as etapas da FDC se manifestam em maior intensidade. A listagem da seleção de novas aquisições, que é enviada para a Secretaria da Educação de Pernambuco, parte desse setor. Para isso, os profissionais responsáveis recorrem aos catálogos das editoras, mas principalmente do caderno de sugestões dos usuários, deixado à disposição no balcão de atendimento do setor circulante ao público. Em pouco mais de 11 anos, a BPE realizou compras apenas quatro vezes, sendo elas nos anos de 2010, 2011, 2015 e 2017. Coincidentemente ou não, a instituição não obteve recursos para a compra de novos títulos desde o último ano do governo de Michel Temer (MDB), que também foi o ano em que o atual presidente, Jair Bolsonaro (PL), foi eleito, ainda que 2018 tenha sido o ano do surgimento do PNLE.

De acordo com documentos internos, pouco mais de 400 títulos foram adquiridos por compra para serem incluídos na classe de literatura do setor circulante da instituição. A composição dos títulos é bastante diversa, com literaturas contemporâneas originárias de diferentes países traduzidas para o português, clássicos da literatura mundial e da literatura infantil e, claro, bastante obras de literatura brasileira, tanto destinada ao público geral quanto ao infante-juvenil. Mesmo com políticas públicas direcionadas para a aquisição de livros para que bibliotecas públicas aumentem o volume e a diversidade de seus acervos, grande parte das novas aquisições da instituição tem sido realizada através da doação por parte de seus usuários e outras instituições.

O resultado obtido a partir da análise é infeliz: foi possível constatar que apenas 4 dos 400 títulos adquiridos por compra pela BPE entre 2010 e 2021 contemplam de alguma maneira a comunidade LGBTQIA+, expressivamente 1% dos livros de literatura comprados para a instituição em pouco mais de uma década. Identificamos que os quatro títulos foram recebidos pela instituição no ano de 2017.

De maneira um tanto surpreendente, uma vez que muitos censuram tais debates com a falácia de que estes podem “influenciar” crianças e jovens, 3 das 4 obras que atendem aos critérios estabelecidos pertencem à classe de literatura infanto-juvenil, destinada ao público de até 15 anos. Sendo elas, “O menino que brincava de ser” de Georgina da Costa Martin, em que Dudu, um menino de 6 anos, não se prende a rótulos e gosta de brincar de fingir ser inclusive personagens femininas, até que um dia decide que não quer mais brincar de fingir e de fato ser uma menina. Com a ajuda de sua avó, Dudu sai em uma jornada de autoconhecimento e descoberta de sua própria identidade.

Outro título da seção infanto-juvenil é “Olívia tem dois papais” de Márcia Leite. Nele, Olivia é uma criança criada por uma família homoafetiva, ela tem dois pais, como evidenciado no título. A relação dos pais de Olívia é tratada com naturalidade e o livro tece uma narrativa sobre as individualidades da relação de Olívia com ambos e como é para ela lidar com a ausência de uma figura feminina em casa. Quem ensinará para ela coisas tidas como “para mulheres”, como usar maquiagem e andar de salto alto, por exemplo? Este é um dos questionamentos de Olivia, que podem ser facilmente os mesmos de crianças reais criadas por casais homoafetivos, e o livro busca justamente desconstruir esses papéis de gênero.

O terceiro título encontrado entre as aquisições é “Somos iguais mesmo sendo diferentes” de Marcos Ribeiro. O autor aborda as diferenças entre os indivíduos que formam a nossa sociedade, seja na diferença das aparências, dos gostos ou das habilidades. Em um determinado momento, ao abordar a diversidade das configurações familiares, o autor cita casais homoafetivos como exemplos de família e argumenta que estes merecem igual respeito e que o preconceito não é justificável. Ainda que o tema central deste livro não seja a comunidade LGBTQIA+, é inegável seu esforço para cumprir uma parcela de colaboração para a naturalização do debate.

Passada a listagem dos livros classificados como infanto-juvenil, temos então o último livro que atende os critérios dessa análise: “Frida: a biografia” de Hayden Herrera. Este livro é a biografia do ícone da arte latino-americana moderna Frida Kahlo.

Abertamente bissexual, Frida se relacionou com pessoas de ambos os gêneros durante sua vida, explorando sua sexualidade inclusive durante os anos de seu matrimônio com o pintor Diego Rivera. Kahlo é um ícone histórico para a comunidade LGBTQIA+⁵.

Dessa forma, observa-se que não só o número de títulos selecionados para a compra representa de alguma forma pessoas LGBTQIA+, mas também como essas narrativas não são heterogêneas o suficiente. Apenas um desses livros tem como personagem central de sua narrativa um personagem não-heterossexual, sendo este “Frida: a biografia”. Em “O menino que gostava de ser”, Dudu é apenas uma criança, longe do seu despertar sexual e romântico e o contrário do que se esperaria, Dudu não é uma criança transexual; no fim do livro, a personagem desiste de ser menina e se dá por satisfeita em ser ator onde poderá brincar de ser o que quiser, mas apenas temporariamente, é claro.

Em “Olívia tem dois pais” e “Somos iguais mesmo sendo diferentes”, a narrativa sobre casais do mesmo gênero é rasa e, com exceção do primeiro, a representatividade nesse sentido é quase nula. O objetivo desses títulos em questão parece ser a naturalização de relacionamentos homoafetivos, mas, tendo em vista o público alvo dessas publicações, essas personagens acabam ficando como plano de fundo para uma narrativa que as tocam, mas não suficientemente.

Sendo assim, a partir da análise dos dados mencionados anteriormente, o sentimento que resta é de que a comunidade LGBTQIA+ que vive na Região Metropolitana do Recife, espaço geográfico a que a instituição possui missão de atender, não pode buscar nas coleções da BPE as ferramentas necessárias para se reconhecer e possibilitar outras vivências a partir da leitura de textos literários. É importante destacar não apenas o volume irrisório que ofereça algum tipo de apoio a uma minoria que dificilmente encontra representatividade em outros espaços, seja na música, no audiovisual ou até mesmo em cargos burocráticos de linha de frente, mas também como esses títulos chegaram todos juntos apenas na última aquisição por compra realizada pela instituição. Entre 2010 e 2016, nenhum dos títulos comprados para as coleções de literatura possuía algum direcionamento nesse sentido.

⁵ ARTREF (ed.). **6 fatos porque Frida Kahlo é um ícone dos movimentos feminista e LGBTQ**. 2019. Disponível em: <https://arteref.com/artista-da-semana/6-fatos-porque-frida-kahlo-e-um-icone-dos-movimentos-feminista-e-lgbtq/>. Acesso em: 16 maio 2022.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o perfil da biblioteca tenha evoluído ao longo dos anos, fica evidente que ainda há um longo caminho a ser percorrido por esses equipamentos culturais. Por mais que os serviços oferecidos tenham se modificado conforme o surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação e, conseqüentemente, as mudanças das demandas informacionais da comunidade a quem essas instituições servem, pode-se perceber que estas muitas vezes escolhem se resguardar de debates que podem soar como polêmicos para setores mais conservadores da sociedade.

Tendo em vista o perfil dos escritores publicados por grandes editoras, não é difícil entender por qual motivo essas narrativas chegam mais facilmente a esses espaços, mas isso não justifica a ausência quase que total de títulos que contemplem também outros grupos sociais.

O processo de FDC, ainda que resulte em um documento técnico, a “Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções” de cada instituição, é uma atividade extremamente social. Para oferecer para sua comunidade de usuários reais e potenciais um acervo que consiga satisfazer e engajar para manter o público frequentando a biblioteca, é preciso realizar um trabalho de estudo contínuo sobre as características que formam essas comunidades. Essa avaliação precisa ser frequente e ter uma evolução perceptiva, pois o perfil dessa comunidade não se mantém o mesmo, assim como suas demandas, seus interesses e os sujeitos que dão forma a ela.

Se a comunidade LGBTQIA+ sofre marginalizações em diversos espaços, fomentando assim um sentimento generalizado de não-pertencimento, de ser um não-público e aceitando, ainda que imperceptivelmente, essa alcunha, é dever da biblioteca pública servir como ferramenta para a inclusão social desses sujeitos. É preciso que a biblioteca pública utilize dos instrumentos disponíveis para democratizar o conhecimento e promover debates que somem no combate aos altos índices de LGBTfobia ou ao índice travestis e transsexuais em situação de evasão escolar, por exemplo.

O Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, do Conselho Federal de Biblioteconomia, afirma que este profissional “repudia todas as formas de censura”, porém não é isso que pudemos observar a partir dos dados analisados. A censura não pode ser considerada apenas o ato de retirar ou esconder títulos de determinadas temáticas, mas também as práticas burocráticas que fazem com que esses títulos sequer cheguem às estantes.

O fato da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco durante mais de uma década não ter se dado conta de uma necessidade latente em adquirir para suas coleções títulos que deem visibilidade a indivíduos que podem encontrar nesse espaço um refúgio seguro contra as mazelas do mundo é, no mínimo, triste. Ainda mais se tivermos em mente que essas aquisições são feitas através de diversas políticas públicas, logo, são recursos que deveriam voltar em ações que contemplassem toda a população, mas infelizmente uma parcela está sendo privilegiada em detrimento da outra.

Mesmo que o objeto de estudo deste artigo seja a BPE, infelizmente a realidade encontrada não destoa da grande maioria das bibliotecas públicas espalhadas pelo Brasil. É preciso que bibliotecários, e a instituição na totalidade, formulem políticas internas com estratégias para reverter esse cenário. Se pesquisas mostram que as pessoas LGBTQIA+ tem sido frequentadoras assíduas das bibliotecas e com um interesse frequente na leitura, ainda que estas não sejam, na maioria, articuladas com esse público em mente, é esperançoso pensar a potência do que poderia ser feito com o incentivo correto. Torna-se vital que o acervo das bibliotecas incorpore mais títulos que dão a visibilidade correta a esses sujeitos, não apenas para possibilitar que estes sejam capazes de "fabular", mas também para naturalizar essas narrativas perante ao grande público a fim de, através da literatura, desconstruir preconceitos e retirar da marginalização essa minoria social.

É importante ressaltar que o processo de FDC e inserção de títulos LGBTQIA+ nas estantes das bibliotecas, ainda que indispensáveis para fortalecer a representatividade e o combate contra a exclusão desses sujeitos, é apenas uma das facetas de atuação das bibliotecas públicas e precisa estar acompanhada de ações e serviços que sejam pensadas em conjunto com a comunidade para que esses sejam, de fato, espaços inclusivos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170/170>. Acesso em: 11 set. 2022.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1980.
- ARAÚJO, Emily Lima Galdino de; VILA, Monise Danielly Pessoa. A biblioteca e suas tipologias. In: CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE, 13., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: EGRN, 2019. p. 1-12. Disponível em: <http://www.congesp.rn.gov.br/anais/publiatuais/27.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BARROS, Aidil Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Makron, 2007.

BIBLIOTECA Pública do Estado de Pernambuco. Disponível em: <http://www.biblioteca.pe.gov.br/>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência, política científica: o pensamento de Derek de Solla Price. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.155-177, 1974. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/04/pdf_6e6a23fff6_0009903.pdf. Acesso em: 04 maio 2022.

BRASIL. Constituição (2018). Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13696.htm. Acesso em: 15 maio 2022.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004. p. 169-191.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011. 104 p.

DESS, Conrado. Notas sobre o conceito de representatividade. **Urdimento**: Revista de Estudos em Artes Cênicas, Santa Catarina, v. 1, n. 43, p. 1-30, 6 abr. 2022. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/1414573101432022e0206>.

DIAS, Geneviane Duarte; SILVA, Terezinha Elisabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Políticas de informação nas bibliotecas universitárias: um enfoque no processo de aquisição, seleção e organização dos documentos eletrônicos. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 42-56, 9 ago. 2012. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2012v17n34p42>.

FERNADEZ, Cida; MACHADO, Elisa. **Bibliotecas públicas**: um equipamento cultural para o desenvolvimento local. Recife: Centro de Desenvolvimento e Cidadania, 2016. 103 p.

FLAURY, Laurent. **Sociologia da cultura e das práticas culturais**. São Paulo: SENAC, 2009.

IFLA. **Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**: 1994. São Paulo: 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 01 maio 2022.

JARAMILLO, O.; RÍOS, M. M. Revisión conceptual de la biblioteca pública. **Revista Interamericana de Bibliotecología** (Colombia), v. 23, n. 1-2, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/84926>. Acesso em: 18 maio 2022.

LANKES, D. **Espere mais**: exigindo melhores bibliotecas para o mundo complexo de hoje. 2015. Disponível em: <https://davidlankes.org/new-librarianship/expect-more-demanding-better-libraries-for-todays-complex-world/1-the-arab-spring-expect-the-exceptional/>. Acesso em: 11 set. 2022.

LANNES, Paulo. **Perfil do escritor brasileiro não muda desde 1965, diz pesquisa da UnB**. 2017. Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/literatura/pesquisa-da-unb-perfil-do-escritor-brasileiro-nao-muda-desde-1965>. Acesso em: 16 maio 2022.

LEMES, Isís. **Por uma biblioteca mais LGBT+**: ações para uma biblioteca mais inclusiva. ações para uma biblioteca mais inclusiva. 2019. Disponível em:

<https://biblioo.cartacapital.com.br/por-uma-biblioteca-mais-lgbt/>. Acesso em: 10 maio 2022.

LIMA, Gláucio Barreto de. **Filmes LGBT como memória e resistência**: análise fílmica aplicada na construção de um catálogo temática para a formação e desenvolvimento de coleções. 2018. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Biblioteconomia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2018. Disponível em:

http://sites.ufca.edu.br/ppgb/wp-content/uploads/sites/20/2019/06/LIMA_Filmes-LGBT-como-mem%C3%B3ria-e-resist%C3%Aancia_2018.pdf. Acesso em: 11 set. 2022.

LIMA, Gláucio Barreto de. Formação e Desenvolvimento de Coleções: a biblioteca como dispositivo ético e estético. **Revista Informação em Cultura**, Mossoró, v. 1, n. 1, p. 30-43, jan./jun., 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/ric/article/download/8475/9977/>. Acesso em: 11 maio 2022.

MARTINS, Carlos Wellington Soares; RODRIGUES, Thais dos Santos. A literatura não ousa dizer seu nome: percepções das bibliotecárias da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) acerca da mediação de leitura com temática LGBT. In: ROMEIRO, Nathália Lima; MARTINS, Carlos Wellington; SANTOS, Bruno Almeida dos (org.). **Do invisível ao visível**: saberes e fazeres LGBTQIA+ na Ciência da Informação. Florianópolis: Rocha, 2019. p. 279-301.

MENDONÇA, Gabriela Alves de. **A Importância da literatura contemporânea de temática LGBT para a educação**. 2018. 18 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Letras Português, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22566/1/2018_GabrielaAlvesBrandaoDeMendon%C3%A7a_tcc.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PETIT, Michèle. **Leituras**: do espaço íntimo ao espaço público. São Paulo: Editora 34, 2013.

ROCHA, Eduardo Santos; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Análise das políticas públicas para bibliotecas públicas no Brasil. **Revista ABC**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 2, n. 25, p. 263-277, abr. 2020. Disponível em:

<https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1637#:~:text=Ap%C3%B3s%20a%20an%C3%A1lise%20das%20pesquisas,Ci%C3%Aancia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil>. Acesso em: 08 maio 2022.

SILVA, Sueli Alves et al. A mediação do conhecimento na Idade Média: Peter Burke e Umberto Eco. In: COLÓQUIO EM ORGANIZAÇÃO, ACESSO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO, 1., 2016, Londrina. **Anais...**. Londrina: Uel, 2016. p. 46 - 59. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2016/coaic2016/paper/viewFile/379/235>. Acesso em: 07 maio. 2022.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis**: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 838 p.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. A biblioteconomia como ciência social. In: SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; MORAES, Marielle Barros de (org.). **Biblioteconomia social**: epistemologia transgressora para o século xxi. São Paulo: ABECIN, 2018. p. 77-93.

VALENTE, Waldemar. A propósito da Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco. **Revista Ciência e Trópico**, Recife, v. 18, n. 1, p. 67-90, 1990. Disponível em:

<https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/444/330>. Acesso em: 11 set. 2022.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 22, n. 1, abr. 1993. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512/512>. Acesso em: 07 maio 2022.

WEITZEL, Simone da Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 7, p. 61-67, 2002. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/11/pdf_929fb1f298_0012875.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

Recebido em: 28 de junho de 2022
Aprovado em: 14 de outubro de 2022
Publicado em: 22 de outubro de 2022